

PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SUDESTE BRASILEIRO: APONTAMENTOS A PARTIR DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Nayhara Freitas Martins GOMES¹

Ralfo Edmundo da Silva MATOS²

RESUMO

O estudo tem como objetivo principal empreender um esforço metodológico de caráter exploratório, a fim de contribuir com as discussões a respeito da atual dinâmica experimentada pelos os pequenos municípios do Sudeste brasileiro, a partir dos dados disponíveis no Censo Demográfico de 2000 e 2010. Considera-se que as variáveis relacionadas à dinâmica demográfica, principalmente no que tange aos comportamentos de migração interna podem indicar a existência de novas tendências econômicas, sociais e culturais nestas localidades. Neste trabalho, apresenta-se uma breve discussão teórica sobre as pequenas cidades e uma proposta metodológica baseada em quatro categorias resultantes da correlação entre os saldos migratórios e as taxas de crescimento dos pequenos municípios do Sudeste. Espera-se que tais categorias possam reforçar a compreensão da dinâmica em análise.

Palavras chave: Municípios de pequeno porte. Migrações internas. População do Sudeste.

¹ Doutoranda em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Professor Titular do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SMALL MUNICIPALITIES OF SOUTHEASTERN BRAZIL; NOTES FROM THE DEMOGRAPHIC DYNAMICS

ABSTRACT

The study has as main objective to undertake a methodological effort of exploratory character, in order to contribute to the discussions about the current dynamics experienced by the small municipalities of southeastern Brazil, from the data available from the Census of 2000 and 2010. It is considered that the variables related to demographic dynamics, especially with regard to internal migration behaviors may indicate the existence of new economic, social and cultural trends in these localities. In this paper, presents a brief theoretical discussion about the small towns and a methodological approach based on four categories resulting from the correlation between migratory balances and growth rates of small municipalities in the Southeast. It is expected that such categories can enhance the understanding of the dynamics in analysis.

Keywords: Small municipalities. Internal migrations. Population of the Southeast.

1 INTRODUÇÃO

Oficialmente, a porção espacial relativa à cidade, no Brasil, corresponde à área urbana de um município, contabilizando a população da sede e dos distritos que o compõe. Entre os países o conceito de cidade varia, há países em que é preciso que a aglomeração urbana possua mais de 20 mil habitantes para ser considerada cidade, em outros, é preciso que exista infraestrutura urbana e algumas centenas de pessoas que se dediquem a atividades secundárias e terciárias (ALVES & SILVA, 2015, p.11). No caso brasileiro, sabidamente, a rede urbana é composta de uma diversidade de formas, em tais cidades, verifica-se, uma simultaneidade de processos decorrentes da crescente relação estabelecidas com os múltiplos territórios.

Neste interim, embora tenham menor representatividade em termos populacionais, a categoria das pequenas cidades referente aqueles municípios com menos de 50 mil habitantes, representavam em 2010 mais de 90% dos municípios brasileiros. Contudo, estudos que priorizem estas realidades carregadas de singularidades e complexidades, no Brasil, ainda são incipientes e envoltos de fragilidades, principalmente em relação a um arcabouço teórico e metodológico que dê conta da heterogeneidade desta categoria de cidade. Ademais, sobre as pequenas cidades ainda não há um conceito unívoco, mas apenas várias noções e critérios para delimitação e classificação, conforme destaca Bacelar (2008, p.160) tais cidades, em geral, apresentam-se englobadas em um “limbo” conceitual e epistemológico, o que segundo o autor tornam penosas as análises geográficas acerca dessas localidades atualmente.

Destarte, frente aos estudos sobre a evolução da rede brasileira de cidades, ainda há predominância das investigações sobre os grandes e modernos centros urbanos, como as metrópoles e as grandes cidades, embora as realidades não metropolitanas, em especial, a das pequenas cidades sejam fundamentais nos estudos da rede urbana brasileira dada a sua representatividade. Neste contexto, o presente trabalho propõe discutir a realidade dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro a luz de critérios demográficos. Acredita-se que variáveis relacionadas à dinâmica demográfica e migratória, somadas a outras, consistem em indicadores que permitem apontar uma simultaneidade de processos existentes no território materializados na escala de tais cidades. Uma vez que, estes fenômenos, sem dúvida, possuem relação estreita com a dinâmica da migração interna na medida em que a população se locomove pelo espaço em busca de suprir suas mais diversas necessidades, concomitantemente participa diretamente do processo de reordenamento territorial.

Este trabalho foi fracionado em quatro seções, a saber: uma breve discussão teórica sobre o conceito de cidade e apontamentos sobre as pequenas cidades ressaltando as

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, v. 8, n. 2, p. 58-80, 2016

dificuldades teóricas e metodológicas que envolvem estes conceitos, em seguida, uma apresentação dos percursos metodológicos de análise empregados, a exposição dos resultados encontrados frente os objetivos deste trabalho e, por fim, os apanhados finais sobre estas realidades multidimensionais tratadas aqui.

2 REFLEXÕES SOBRE A CIDADE E AS PEQUENAS CIDADES

Segundo Ramos (2011, p.17), os teóricos da Escola de Chicago defendiam que as cidades se desenvolvem em processos naturais, em uma espécie de ecologia urbana. Já os estudiosos marxistas acreditam que elas são o resultado da reprodução das relações sociais de produção que se desenvolvem no âmbito da sociedade capitalista, ou seja, as cidades atendem uma lógica política e econômica.

Esta primeira vertente desenvolveu seus estudos no início do século XX, mais precisamente entre os anos 20 e 30, Robert E. Park e Louis Wirth foram os grandes idealizadores e buscavam entender o comportamento do homem diante da realidade urbana. Para tais autores, a cidade não devia ser concebida unicamente como um mecanismo físico e uma construção artificial. A cidade está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza e particularmente, da natureza humana (PARK,1973, p.26). Ainda para o mesmo autor, a cidade não pode ser definida apenas como unidade geográfica e ecológica, ela é também uma unidade econômica e sua organização é fundada na divisão do trabalho. Partindo para uma dimensão mais cultural, assim como Park, Luis Wirth, percebe que a cidade é caracterizada por contatos mais secundários do que primários, ou seja, os contatos da cidade podem ser face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários (WIRTH, 1973, p. 91). Tomando como análise o modo de vida urbano, Wirth buscou demonstrar que a cidade possui uma lógica ecológica, onde se estabelece um modelo típico de relações sociais que estão sujeitas a mecanismos característicos de controle social.

Os teóricos da segunda concepção, de orientação marxista, propõe uma análise da cidade como um espaço de consumo coletivo, onde se desenvolvem as relações capitalistas de produção. Castells (1980, p.21) destaca que a concentração espacial dos trabalhadores em cidades e áreas metropolitanas de dimensão cada vez maior determina a concentração e interdependência crescente do conjunto de meios de consumo individual e coletivo que lhes são necessários. Esta crescente interdependência das unidades de produção e de gestão, tanto em

seu aspecto econômico como em seu aspecto técnico, conduz à criação de um verdadeiro complexo econômico-social, que constitui a estrutura urbana dessas unidades de atividade e de residência que são as cidades.

A grande crítica à primeira vertente de pensamento se dá pelo fato de desconsiderarem as lutas de classe como elemento de formação da cidade. Para eles o espaço da cidade é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas. A maioria dos autores neomarxistas analisa os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização como a manifestação espacial do processo de acumulação capitalista. Segundo esta definição a cidade é produzida pela padronização espacial dos processos de acumulação e neles o papel desempenhado pela forma urbana se deve a possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que regem a disposição da mais-valia concentrada dentro dela. Entretanto, é importante também refletir se a cidade de fato produz a pobreza ou se ela a absorve, uma vez que as pessoas que migram para ela já eram pobres em suas regiões de origem. Desta forma, a cidade pode também ser vista como lugar de inclusão, pois recebe uma enorme quantidade de pessoas que viviam sérios problemas sociais em seus espaços de origem e que tem na cidade uma possibilidade de ascender socialmente.

Para Carlos (2009, p. 46), a cidade é vista de maneira diferente pelos diversos atores sociais que estão envolvidos em sua produção/apropriação. Pode-se dizer que, a cidade seria o espaço que serviria de suporte ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois este espaço é o lócus da produção (distribuição, circulação e troca), bem como a cidade é um meio de consumo individual e coletivo. A cidade é uma forma de socialização capitalista das forças produtivas (TOPALOV, 1979, p. 20). Nesta visão, próxima as concepções de Henri Lefebvre, a cidade deixa de ser vista apenas como um produto das relações capitalistas de produção e passa a ser encarada, também, como um processo, pois além de ser o resultado das relações sociais de produção, é um meio a partir do qual se desenvolve o processo de acumulação capitalista.

A cidade pode ser compreendida por uma variedade de correntes, seja pela economia política marxista, pela ecologia urbana da Escola de Chicago, pela análise Lefebvrina ou pela visão dos pós-estruturalistas. Torna-se evidente que os estudos sobre a cidade demandam refinadas análises teórico-metodológicas para a sua compreensão. Quando nos reportamos à realidade das pequenas cidades, essa dificuldade também se expressa, já que estas porções espaciais compartilham de dilemas comuns à maioria das grandes cidades, mas também evidenciam certas especificidades que precisam ser pormenorizadas.

A análise sobre as pequenas cidades têm despertado interesse de diferentes campos da ciência geográfica dado à sua representatividade na escala nacional e a consolidação destas como importantes espaços de consumo frente as dinâmicas sociais e econômicas decorrentes do processo de desconcentração urbana pelo qual o Brasil vem vivendo. Todavia, no contexto destes estudos, o termo pequena cidade ainda se consiste em um desafio visto a variedade de aspectos que circundam o debate. Por isso, é imprescindível considerar os contextos espaciais, econômicos e políticos nos quais estas cidades brasileiras se inserem. Fresca (2001, p. 28) advoga que é preciso o entendimento do contexto sócio econômico da inserção das pequenas cidades, como eixo norteador de sua caracterização, a fim de evitar equívocos e igualar cidades, com populações similares, que em essência são distintas.

Conforme Maia (2010, p.16) a urbanização brasileira vem apresentando novos contornos daqueles de outrora, onde se assistia um enorme incremento das grandes cidades e metrópoles. Contudo, isto não significa que elas não estejam crescendo ou que vivam uma espécie de involução social e econômica, ou até mesmo uma desmetropolização. Tomando como referência a teoria dos lugares centrais de Christaller, os núcleos de povoamento hierarquizam-se entre si em função de dois mecanismos, o mercado mínimo e a escala de oferta dos bens e serviços. Neste interim, Matos (2005, p. 34) argumenta que o processo de urbanização brasileiro nas últimas décadas vem se interiorizando por espaços regionais, expandiu-se por redes geográficas de diversos tipos unindo cidades muito diversificadas funcionalmente, fez emergir protagonistas de peso no rol das chamadas cidades médias, fez surgir uma plêiade de pequenas cidades associadas à pluriatividade em expansão no chamado “novo rural”, deu vazão e ofereceu alternativa espacial ao processo de desconcentração econômica e demográfica.

Neste sentido, vem se reforçando pelos processos de reestruturação capitalista novas centralidades que antes não apareciam em destaque. Alguns lugares que antes eram relegados a um papel secundário na análise do processo de urbanização brasileiro, passaram a ganhar importância em função de seus atributos que hoje se tornaram atrativos para o desenvolvimento do capitalismo e em função das possibilidades de acesso a estes espaços que não se dariam sem o auxílio das redes de transportes, comunicação e serviços que integra as múltiplas e distintas espacialidades e (re) qualifica as relações urbano-rurais, mudando a natureza da urbanização no Brasil.

De acordo com Monte-Mór (2003, p. 260), ainda que a taxa média de crescimento urbano tenha sistematicamente se reduzido no Brasil nas últimas décadas, os novos padrões de urbanização primeiramente, reforçam a concentração populacional em áreas conurbadas, em Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 8, n. 2, p. 58-80, 2016
ISSN 2175-862X (on-line)

segundo, promovem a desconcentração sobre cidades médias e pequenas articuladas por novos arranjos sócio-espaciais. O autor caracteriza essa nova urbanização brasileira como concentrada e estendida. Ainda segundo Monte-Mór (2003, p. 262), este processo se desenvolve a partir da urbanização extensiva referindo-se a materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínsecas a polis. A sociedade urbana, que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constitui-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo (MONTE-MÓR, 2003, p.262).

Na categorização de pequena cidade, mesmo os critérios considerados oficiais apresentam-se divergentes, tanto no Brasil quanto em relação ao mundo, mas ainda o critério demográfico é o mais empregado. No entanto, a maior dificuldade ao usá-lo reside no fato de agregar realidades diversas em mesmas categorias. Além disso, conforme (RAMOS, 2011, p. 40) os cortes populacionais podem ser variáveis, de região para região e, até mesmo, de país para país. É importante destacar, no entanto, que apesar dos estudos sobre as pequenas cidades avançarem para além da dimensão demográfica, não se pode desconsiderar, como afirma Matos (2000, p. 27) que o país vem ingressando em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual a população é um fator chave. Neste sentido, conforme Ramos (2011, p. 41.) considera-se que a análise da questão demográfica consistem ainda em importantes variáveis, principalmente se quisermos observar os movimentos migratórios e as implicações que eles têm para a economia, cultura, e mesmo para a política das pequenas cidades brasileiras. O que se defende aqui é que a classificação de uma pequena cidade não pode se restringir apenas a este fator, mas sim uma combinação de critérios demográficos, econômicos, culturais e geoculturais, sem, contudo, perder de vista o contexto geográfico em que estes centros urbanos se inserem.

Na tentativa de avançar nesse debate, essa contribuição é importante, pois apresenta uma discussão que transpõe o viés economicista de muitos estudos que apenas se concentram nos processos de atração e fixação de pessoas e investimentos. Ademais, as questões demográficas, mais especificamente as relacionadas as migrações internas, podem constatar a existência de novos comportamentos entre os lugares envolvidos, como as pequenas cidades do Sudeste brasileiro. Segundo Ramos (2011, p. 44), hoje é sabido que muitas cidades se colocam como alternativas de investimento exatamente por apresentarem características culturais e geoculturais notáveis. Corrêa (1999, p.50) advoga que no final do século XX houve uma refuncionalização das cidades pequenas através de dois modos. O primeiro através de uma perda de centralidade da dita cidade por conta de intervenções oriundas de espaços hegemônicos que se refletem na circulação e no processo produtivo da sua hinterlândia. E o

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, v. 8, n. 2, p. 58-80, 2016

segundo modo diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho.

Segundo Alves e Silva (2015,p 15) considerando a existência de diversas tipologias de pequenas cidades no limiar do século XXI, Corrêa (2007, p.11) propôs cinco padrões funcionais característicos destes centros urbanos e que descrevessem o que na atualidade as constitui; I) lugares centrais localizados sobretudo nas áreas incorporadas à intensa industrialização do campo; II) pequenos centros funcionalmente especializados relacionados, sobretudo, à produção industrial de uma determinada mercadoria; III) cidades pequenas que foram transformadas em subúrbio-dormitórios; cidades pequenas localizadas a uma distância próxima de uma cidade maior. A pouca distância estimula e viabiliza migrações pendulares entre as cidades pequenas e aquela que as polariza. IV) focos de concentração de trabalhadores agrícolas derivados do processo de modernização do campo, do aumento da concentração fundiária, etc.; verdadeiros reservatórios de força de trabalho os quais ocorrem tanto em áreas de povoamento recente, como em áreas integradas ao complexo agroindustrial; V) núcleos dependentes de recursos externos que são típicos de áreas agrícolas muito pobres e esvaziadas demograficamente, sobrevivendo pelo envio de recursos externos, oriundos principalmente do governo federal e estadual.

Para Marengo e Rainer (2014, 12p.) a conjuntura atual no Brasil, sobrelevou os papéis das cidades pequenas dando a estas uma diversidade de papéis que dialogam com demandas verticais e horizontais. As verticais correspondem a aquelas vindas dos agentes hegemônicos através das redes e infraestrutura que possibilitaram um volume maior de informações materiais e imateriais por conseguinte, mais opções de locais e lugares onde pode atuar. Já as demandas horizontais decorrem do imediato entorno da cidade pequena, ou de seu próprio espaço intraurbano mostradas pelas relações com a cidade enquanto espaço vivido, e não meramente como suporte de suas ações. De fato, as pequenas cidades brasileiras formam um cenário complexo e dinâmico, por isto a necessidade de entendê-las nas suas singularidades.

Importante sublinhar, que cerca de 50% da população brasileira é residente em municípios com menos de 100 mil habitantes, sendo que em Minas Gerais esse percentual é ainda maior, 60% da população reside nas cidades pequenas (ALVES & SILVA, 2015, p 16). Os municípios com menos de 50 mil habitantes são maioria, estes representavam em 2010 mais de 90%. Tal fato, pode evidenciar uma tendência de interiorização das aglomerações urbanas no século XXI. Baeninger (1998, p.71) destaca que essas mudanças relacionadas com a

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 8, n. 2, p. 58-80, 2016
ISSN 2175-862X (on-line)

reestruturação produtiva, levam à consolidação e o desenvolvimento de novo polos intra e interregionais. Se outrora, as pequenas cidades eram as cidades dos notáveis, caracterizadas por uma economia prioritariamente agrícola e por relações e influências circunscritas com o seu entorno, hoje se transformam em cidades econômicas (SANTOS, 2009, p. 56). Muito em decorrência dos avanços técnico-científico-informacionais, difundidos pela globalização, várias transformações ocorreram na organização espacial no contexto destas cidades.

Nesta investigação utilizou-se a definição de cidade, do ponto de vista demográfico, adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fazendo referência a qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município, independentemente de seu número de habitantes, sendo a parte urbanizada de seus distritos considerados prolongamentos destas cidades. Para o IBGE as pequenas cidades são aqueles municípios com população inferior a 100 mil habitantes. Neste trabalho utilizaremos o conceito de município de pequeno porte para referir às pequenas cidades do Sudeste brasileiro postas para análise, isso porque os dados secundários disponíveis referem-se ao município como um todo e não apenas à cidade. Contudo, ressalta-se que, para além da utilização do critério populacional, historicamente associado a noção de urbanização, é imprescindível também considerar para a definição de cidade, outros critérios que possibilitem compreender as dinâmicas econômicas, sociais e territoriais exibidas por estas.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conforme Lima e Braga (2010, p. 4) a decisão de migrar apoia-se na existência de laços econômicos e culturais entre os espaços de origem e destino. Neste sentido, o reconhecimento do desempenho migratório nos municípios de pequeno porte pode revelar aspectos mais amplos do comportamento regional verificado no território percebido pelas conexões estabelecidas entre os lugares. Assim, a proposta de classificação aqui presente, de caráter exploratório, foi aplicada aos 1668 municípios do Sudeste. Mas, as análises para este estudo irão se concentrar nos 1429 municípios de pequeno porte existentes no ano 2010 e distribuídos pelo sudeste brasileiro.

As informações sobre os fluxos migratórios entre as localidades foram coletadas e estimadas a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000 e 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com as definições desta instituição são considerados migrantes todos os indivíduos que realizaram mudança permanente

de residência entre os municípios no período 1995 e 2005. O migrante de data-fixa compreende todos os indivíduos que declararam um município de residência em 1995 e 2005 diferente daquele no qual residiam em 2000 e 2010. Esse tipo de informação permite compreender o fenômeno em dois momentos no espaço, dando origem a uma matriz de fluxos migratórios na qual se podem obter estimativas como o Saldo Migratório, Crescimento Demográfico, Taxa Líquida de Migração e Taxa de Eficácia Migratória. Considerando que os espaços trabalhados são os municípios oficialmente formados pela agregação da área urbana e rural, ao longo do texto, o termo municípios de pequeno porte será usado para designar as unidades espaciais das pequenas cidades.

Quanto às técnicas utilizadas para este estudo, os municípios do Sudeste foram classificados inicialmente em três classes de tamanho: municípios de Grande Porte demográfico (aqueles com população superior a 750.000 habitantes); municípios de Porte Intermediário (população inferior a 750.000 e superior a 50.000 habitantes) e municípios de Pequeno Porte demográfico (população inferior a 50.000 habitantes). Em sequência, essas classes foram estratificadas segundo a densidade demográfica. Para isto, calculou-se a densidade demográfica média dos municípios do Sudeste, obtendo-se o valor de 194 hab/Km², arredondado para 200 hab/km². É evidente que, mesmo no Sudeste, a imensa maioria dos municípios têm densidade inferior a esse valor e alguns poucos exibem densidades muitíssimo mais altas. Resolveu-se arbitrar essa linha de corte para classificar os municípios de densidades “superiores” e “inferiores”, ou simplificada: municípios de Alta e Baixa densidade demográfica. Entre os municípios de Grande Porte todos são de alta densidade. Já os municípios de Porte Intermediário foram divididos em de Porte Intermediário de Alta Densidade e municípios de Porte Intermediário de Baixa Densidade. Analogamente, os municípios de Pequeno Porte populacional, que são o foco deste trabalho, também foram subdivididos em dois grupos, os de Alta Densidade e os de Baixa Densidade (a grande maioria). A maior dificuldade associada a esta metodologia foi a definição dos pontos de corte para limitar as categorias.

De fato, muito vem se discutindo sobre as novas dinâmicas dos movimentos populacionais internos no Brasil como inclusive indicadores de espaços atrativos e repulsores de população. Tendo em conta esses elementos, esse trabalho propõe uma metodologia de classificação dos municípios brasileiros de pequeno porte de acordo com a característica migratória dos mesmos. A fim de verificar a variabilidade espacial do estoque migratório através dos saldos (Imigrantes - Emigrantes) experimentados pelos municípios de pequeno porte demográfico do Sudeste, utilizou-se o método *Anselin Local Moran (LISA)*. Nunes (2013, p.243) advoga que enquanto os indicadores globais, como o índice de Moran, fornecem um

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, v. 8, n. 2, p. 58-80, 2016

único valor como medida da associação espacial para todo o conjunto de dados, os indicadores locais produzem um valor específico para cada caso, permitindo assim, a identificação de agrupamentos de casos com valores de atributos semelhantes (clusters), objetos anômalos (outliers) e de mais de um regime espacial. Segundo Anselin (1995, p.97), um LISA tem que atender à dois objetivos: i) permitir a identificação de padrões de associação espacial significativos; ii) ser uma decomposição do índice global de associação espacial. O LISA utilizado neste trabalho deriva do Índice Local de Moran. Uma das formas de representação deste índice, em função dos elementos básicos, é:

$$I_i = z_i \cdot W_{zi} / \sigma^2, \text{ onde:}$$

I_i : índice local para o objeto i ;

z_i : valor do desvio do objeto i ;

W_{zi} : valor médio dos desvios dos objetos vizinhos de i ;

σ^2 : variância da distribuição dos valores dos desvios.

Em termos gerais, o Indicador Local de Associação Espacial (LISA) é um parâmetro estatístico que fornece valores proporcionais àqueles da estatística global, ou seja, permite descrever o grau de semelhança ou diferença de cada evento no que diz respeito aos eventos mais próximos, e que a soma total da LISA de todas as áreas é proporcional ao valor obtido para o índice global, sendo o indicador local uma decomposição do indicador global (ANSELIN, 1995). Por fim, os resultados obtidos pela LISA foram representados cartograficamente em ambiente *ArcGIS 10.3*.

4 RESULTADOS

O presente trabalho buscou verificar como as migrações nos municípios de pequeno porte do Sudeste contribuem com a dinâmica socioespacial destas localidades a partir dos dados dos censos de 2000 e 2010. Assim, primeiramente, foi feita uma síntese dos efeitos experimentados pelos pequenos municípios da região Sudeste, bem como uma categorização derivada da taxa de crescimento da população e dos saldos migratórios. Em seguida, identificam-se algumas tendências locais da população destas localidades por meio do método *Anselin Local Moran – LISA*, de geoestatística espacial.

Na região Sudeste em 2010, o censo demográfico registrava a presença de um total de 1.429 municípios de pequeno porte de alta e baixa densidade demográfica (PPAD, PPBD) respectivamente. A maioria deles, 787, estava em Minas Gerais, secundada por São Paulo, com 521 municípios. As duas outras Unidades da Federação, bem menores, agregavam juntas, um total de 122 municípios.

A Tabela 1 foi composta por quatro perfis de pequenos municípios resultantes do cruzamento dos seus saldos migratórios (SM) e taxas de crescimento populacional (Tcd) estimados a partir das informações censitárias. Soma-se a estas variáveis, informações condizentes ao incremento populacional (Inc), Taxa Líquida de Migração (TLM) e Índice de Eficácia Migratória (IEM). O Tipo 1 (107 casos) refere-se ao agrupamento dos pequenos municípios de baixa densidade demográfica que experimentaram saldo migratório positivo e taxa de crescimento negativo, 56% deles só no estado de Minas Gerais. O Tipo 2 foi composto por 288 municípios de pequeno porte de alta e baixa densidade demográfica, ambos apresentaram saldos migratórios e taxa de crescimento negativos. O Tipo 3 agrupou 713 localidades que exibiram saldos e taxas de crescimento positivos, 63,8% distribuídas apenas no estado de São Paulo. Por fim, o Tipo 4 compôs-se de 321 municípios de pequeno porte de alta e baixa densidade demográfica que apresentaram saldos migratórios negativos e crescimento populacional positivo. O rol dos municípios constituintes do Tipo 3 destacam-se ao exibir crescimento demográfico superior à média brasileira, a saber 1,17%, mas entre eles, os de alta densidade tiveram um crescimento surpreendentemente alto ao ano.

Esses números traduzem processos ainda pouco investigados, porquanto estão a sugerir que os municípios de pequeno porte (os com menos de 50 mil habitantes em 2010), perdedores históricos de população para os de maior porte estariam mostrando certa reversão de tendências. Algo pouco óbvio deve estar ocorrendo em centenas de pequenos municípios, a ponto de vários deles estar reunindo estoques populacionais expressivos a lhes conferir a condição de Alta Densidade. Se são municípios que historicamente perdiam população para os grandes centros urbanos, qual a expressão demográfica dessas localidades? As informações censitárias, indicam que os municípios de pequeno porte reuniam em 2010, mais de 17,8 milhões de habitantes, o que correspondia cerca de 22,2% dos 80,4 milhões da população do Sudeste, portanto, não há como ignorar a importância dos municípios de pequeno porte mais recentemente.

UF's e Municípios	TIPO 1						TIPO 2						TIPO 3						TIPO 4					
	N	SM	Tcd	Inc	TLM	IEM	N	SM	Tcd	Inc	TLM	IEM	N	SM	Tcd	Inc	TLM	IEM	N	SM	Tcd	Inc	TLM	IEM
Minas Gerais	60	6.659	-0,36	-12.026	0,02	0,15	209	-79.567	-0,5	-93.295	-0,04	-0,3	328	360.578	1,46	1.276.953	0,04	0,27	256	-218.519	0,67	520.563	-0,03	-0,2
PPAD							1	-1.029	-0,2	-424	-0,05	-0,3	8	20.215	2,71	44.760	0,11	0,52	2	-742	0,68	2.293	-0,02	-0,28
PPBD	60	6.659	-0,36	-12.026	0,02	0,15	208	-78.538	-0,5	-92.871	-0,04	-0,3	283	114.479	1,24	362.835	0,04	0,24	225	-77.992	0,56	161.196	-0,03	-0,19
Espírito Santo	4	1.019	-1,72	-1.548	0,03	0,17	14	-7.280	-0,2	-7.219	-0,02	-0,2	44	109.951	1,62	351.005	0,05	0,3	15	-25.961	0,87	64.348	-0,03	-0,19
PPAD													2	2.373	1,38	6.673	0,05	0,28						
PPBD	4	1.019	-0,45	-1.548	0,03	0,17	13	-6.363	-0,3	-6.296	-0,03	-0,2	34	21.348	1,17	70.285	0,03	0,2	13	-7.112	0,55	13.841	-0,03	-0,17
Rio de Janeiro	2	5.009	-1,38	-124.463	0,01	0,07	5	-485	-0,1	-945	-0,01	-0,1	61	197.439	1,64	934.248	0,03	0,27	23	-138.392	0,74	620.607	-0,02	-0,18
PPAD													5	9.829	2,85	29.528	0,08	0,48	1	-206	1,53	6.649	0	-0,06
PPBD	1	932	-0,03	-121	0,02	0,25	5	-485	-0,1	-945	-0,01	-0,1	31	28.518	1,49	92.583	0,04	0,32	12	-2.659	0,48	9.918	-0,01	-0,11
São Paulo	42	5.732	-0,44	-9.154	0,03	0,14	61	-24.740	-0,5	-32.625	-0,04	-0,2	455	940.106	1,4	3.303.605	0,04	0,25	87	-394.814	0,67	964.918	-0,03	-0,23
PPAD							1	-414	-0,1	-241	-0,01	-0,1	19	60.984	2,56	150.685	0,09	0,47	2	-1.205	0,23	1.179	-0,02	-0,14
PPBD	42	5.732	-0,44	-9.154	0,03	0,14	60	-24.326	-0,5	-32.384	-0,04	-0,2	331	227.233	1,38	549.582	0,05	0,29	66	-20.002	0,5	56.594	-0,02	-0,12

Tabela 1: Municípios de pequeno porte do Sudeste classificados segundo densidade, taxa de crescimento demográfico, saldo migratório, incremento populacional, taxa líquida migratória e índice de eficácia migratória no período 2000/2010.

Fonte: Dados Amostrais dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – trabalhado pelos autores.

Uma série de questões interpõe-se à reflexão diante dessas constatações. Afinal, se parece haver pequenos municípios relativamente atraentes demograficamente, qual é a importância que assumem do ponto de vista dos saldos migratórios? Ademais, onde estão os municípios mais dinâmicos? Estão concentrados ou distribuídos pelos quatro estados da região, não raro delineando clusters municipais com características similares?

Conforme a Tabela 1 entre 2005/2010, 55,4% dos municípios de pequeno porte de Minas Gerais experimentaram crescimento negativo. No Espírito Santo este percentual chegou a 38,8%, no Rio de Janeiro, 32,7% e em São Paulo 24,8% do mesmo período. Evidentemente, a quantidade de municípios com crescimento negativo em Minas Gerais rebaixa os números totais do Sudeste (42,6%). Contudo, convém sublinhar que em todas as quatro unidades da federação, os saldos migratórios relativos ao período de 2005/2010 revelam ganhos populacionais em relação ao período de 1995/2000.

Esses mesmos dados poderiam ser comparados com a taxa de crescimento dos municípios de pequeno porte, procurando estabelecer alguma correlação entre esses resultados, no caso considerando apenas a migração no quinquênio 2005/2010. O número de municípios com crescimento negativo no período de 2000/2010 é semelhante como poderia se esperar ao número de municípios com saldo negativo de 2005/2010? Se não quais fatores explicaram tal diferença? No caso de Minas Gerais, 34,2% dos 787 municípios apresentaram crescimento negativo, mas o número de municípios com saldo negativo é bem maior (167). Em São Paulo os contrastes foram menores, afinal foram 104 municípios com crescimento negativo e 129 com saldos migratórios negativos. Em ambos os casos o número de municípios com saldos negativos é maior que o número de municípios com crescimento negativo. O mesmo se aplica aos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Estas disparidades se explicam por razões ligadas ao crescimento vegetativo e também pelo fato de o período de data-fixa referir-se à segunda metade do decênio 2000/2010. É provável que esta segunda causa seja mais significativa em face do segundo governo Lula, período no qual a atividade econômica ganhou dinamismo e o número de empregos aumentou.

Em comparação com o censo de 2000, a população do Sudeste apresentou um crescimento médio de 1,05%, quando para o mesmo período, a taxa brasileira situou-se em torno de 1,17%. Neste íterim, observam-se diferenciações territoriais relativas ao crescimento populacional dos municípios do Sudeste. Os subespaços que apresentaram taxas de crescimento positivas concentraram-se, sobretudo, em áreas interioranas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, particularmente, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e São Paulo, bem como no Triângulo Mineiro. Ademais, observa-se que o eixo da hidrovia Tietê-Paraná configura um

vetor importante de crescimento no estado de São Paulo. No caso dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, o crescimento positivo localiza-se principalmente em subespaços litorâneos. Nas periferias das frações espaciais interiorizadas de crescimento positivo identificam-se áreas onde as taxas de crescimento da população apresentaram-se negativas. Importante destacar que os municípios de Governador Lindenberg e Mesquita, nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, respectivamente, foram excluídos desta análise, visto que não apresentavam população para o ano de 2000, devido à emancipação recente.

Ao examinar os dados mais desagregados sobre a migração interna no Sudeste, convém inicialmente assinalar que, diante da transição demográfica que o país experimenta há quase meio século, é de se esperar que isso afete o volume migratório, que tenderia a reduzir-se a cada novo censo. Assim, os números do quinquênio 2005/2010 são comumente menores que os do quinquênio 1995/2000 e isso não deveria causar surpresa. Nos estados mais populosos, São Paulo e Minas Gerais essa assertiva é evidente nos totais relativos aos imigrantes, emigrantes e saldos migratórios. Essa afirmação parece ser simples e lógica, ao se considerar o crescente declínio do ritmo de crescimento da população brasileira nos últimos decênios. Caso contrário, assiste-se a expansão das forças de atração das localidades em análise, e essa evidência pode ter significados socioespaciais diversificados e intrigantes, como se verificará em sequência.

Após a realização de uma análise de classificação com os indicadores observados na Tabela 1, foi possível discutir a formação de quatro categorias de municípios, que se diferenciam, sobretudo, em função de dois fatores: i) o balanço populacional de um período, os saldos migratórios; ii) a taxa de crescimento populacional. A comparação mais pormenorizada dos quatro conjuntos espaciais dos pequenos municípios do Sudeste permite sublinhar situações distintas entre as quatro Unidades da Federação do Sudeste:

a) O agregado dos municípios de pequeno porte e baixa densidade demográfica correspondentes ao Tipo 1 apresentam um incremento populacional (SM), TLM e IEM ligeiramente positivas, ou seja, em ambas as Unidades da Federação a população cresceu em função dos movimentos migratórios, uma vez que as taxas de crescimento populacional foram majoritariamente negativas. São Francisco de Itabapoana (município de PPBD) no estado do Rio de Janeiro, foi a localidade neste panorama que mais atraiu população dado o IEM significativamente superior às demais localidades, denotando ganhos populacionais frente o peso do volume migratório. Contudo, as taxas de crescimento populacional revelaram ser negativas, confirmada pelo decréscimo populacional (Inc) que também foi negativa. Neste

primeiro agrupamento, provavelmente a migração compensa a taxa de crescimento populacional em decréscimo.

b) O segundo Tipo explica claramente que é composto por municípios repulsores de população, já que todo o conjunto de dados distribuídos pelos quatro estados do Sudeste representaram perdas. É bem evidente que a componente migração tem um papel fundamental no crescimento populacional de muitos municípios, principalmente em épocas de baixa fecundidade, como vive o país atualmente. Essa assertiva se comprova ao observar o crescimento populacional negativo dos municípios que apresentaram os menores TLMs. No entanto, é importante destacar que nem todo município que apresenta taxas líquidas de migração negativas terá por consequência um crescimento populacional negativo, como se verá no Tipo 4. Vale destacar que, Minas Gerais, exibe um comportamento bem distinto do de São Paulo, sobretudo por causa de seus pequenos municípios de baixa densidade, que mostraram persistentes saldos negativos nos Tipos 2 e 4.

c) Discrepando das tendências de redução dos estoques populacionais como observado acima, o Tipo 3, evidenciou números positivos, principalmente no que diz respeito as taxas de crescimento populacional, sobretudo, nos municípios de porte intermediário de alta densidade. Em todos os casos (PPAD e PPBD) esta taxa mostrou-se numericamente superior à taxa de crescimento médio do Sudeste e do Brasil (1,05% e 1,17% respectivamente). Espírito Santo e Rio de Janeiro são estados relativamente pequenos geograficamente e por isso mesmo detêm um menor número bem menor de pequenos municípios se comparados a Minas e São Paulo, entretanto, foram os estados que ocuparam os primeiros lugares em termos de crescimento populacional. Mas, curiosamente, em ambos as Unidades da Federação os municípios de pequeno porte parecem estar participando significativamente nas trocas de população, especialmente entre os de baixa densidade dado o alto saldo migratório. A TLM e o IEM apontam que os pequenos municípios componentes deste cenário são atrativos quando comparados aos estoques migratórios.

d) A realidade dos municípios de pequeno porte vislumbrada pelo Tipo 4, revelam saldos migratórios negativos mas, em contrapartida, positivas taxas de crescimento. A TLM e IEM também mostraram-se negativas confirmando que existem perdas populacionais via migração nestas localidades. Neste sentido, o crescimento vegetativo que se dá sobre os nascimentos e mortes nestes centros urbanos ultrapassam as perdas populacionais resultantes dos movimentos migratórios. Portanto, o crescimento vegetativo é responsável pelos ganhos populacionais entre os pequenos municípios.

4.1 PADRÕES DE SIMILARIDADE ESPACIAL

Em sequência apresenta-se uma análise espacial mais específica sobre as centenas de municípios de pequeno porte de baixa densidade e os saldos migratórios por eles conhecidos, por meio do método *Anselin Local Moran* (LISA), indicador que busca a identificação de padrões de associação espacial significativos. Nunes (2013, p.246) expõe que o LISA permite examinar os padrões de dados espaciais em uma escala de maior detalhe, quando a dependência espacial é proeminente. Neste sentido, com base nos dados amostrais disponibilizados pelo IBGE sobre os volumes de imigração e emigração por municípios do Sudeste, para os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010, tornou-se possível evidenciar aquelas porções espaciais que possuem maiores semelhanças e, portanto, que geraram agrupamentos espaciais do tipo “*clusters*”.

Nesse contexto, mediante a utilização do algoritmo “*Inverse Distance*”, obtém-se a conformação de dois agrupamentos espaciais de valores semelhantes para ambos períodos, a saber: alto-alto e baixo-baixo. Este índice de correlação local determinou a autocorrelação espacial para cada pequeno município conforme o saldo migratório por ele apresentado, identificando-se os agrupamentos, ou conjuntos de agrupamentos (*clusters*), onde a associação espacial foi significativa (Figura 1).

Conclui-se que para o quinquênio de 1995/2000, o agrupamento Alto–Alto, relativo à cor azul no mapa, constitui-se em um *cluster* onde há a ocorrência de municípios vizinhos com valores altos de saldo migratório. Portanto, pode-se dizer que 100 municípios de pequeno porte correspondentes a estes agrupamentos apresentam alto saldo migratório, ou seja, exibiram um ganho populacional, situando-se principalmente no estado de São Paulo, na porção sudeste do estado, em áreas próximas da região metropolitana, sobretudo, no Alto do Paraíba e conexões com municípios do sul de Minas, além de outros grupamentos dispersos no interior paulista orientados pelas bacias Tietê-Piracicaba-Paraná.

Ainda para este período, outro agrupamento encontrado, denominado de Baixo–Baixo, representado pela cor vermelha, representa um *cluster* de valores baixos e próximos. Neste agrupamento encontram-se 108 municípios de pequeno porte com baixo saldo migratório (perda de população) expresso principalmente no estado de Minas Gerais, nas porções norte-nordeste (Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Alto Rio Doce). Em suma, no LISA, tanto os altos valores, quanto os baixos são influenciados pelos valores dos seus respectivos vizinhos. Para este mesmo período, apresentam-se na cor cinza os municípios de pequeno porte que não se relacionam com os demais, assim, tornam-se casos insignificantes, por não possuírem

correlação expressiva. Também, notam-se valores de *outlier*, aqueles valores discrepantes altos ou baixos e que portanto, também não se agruparam.

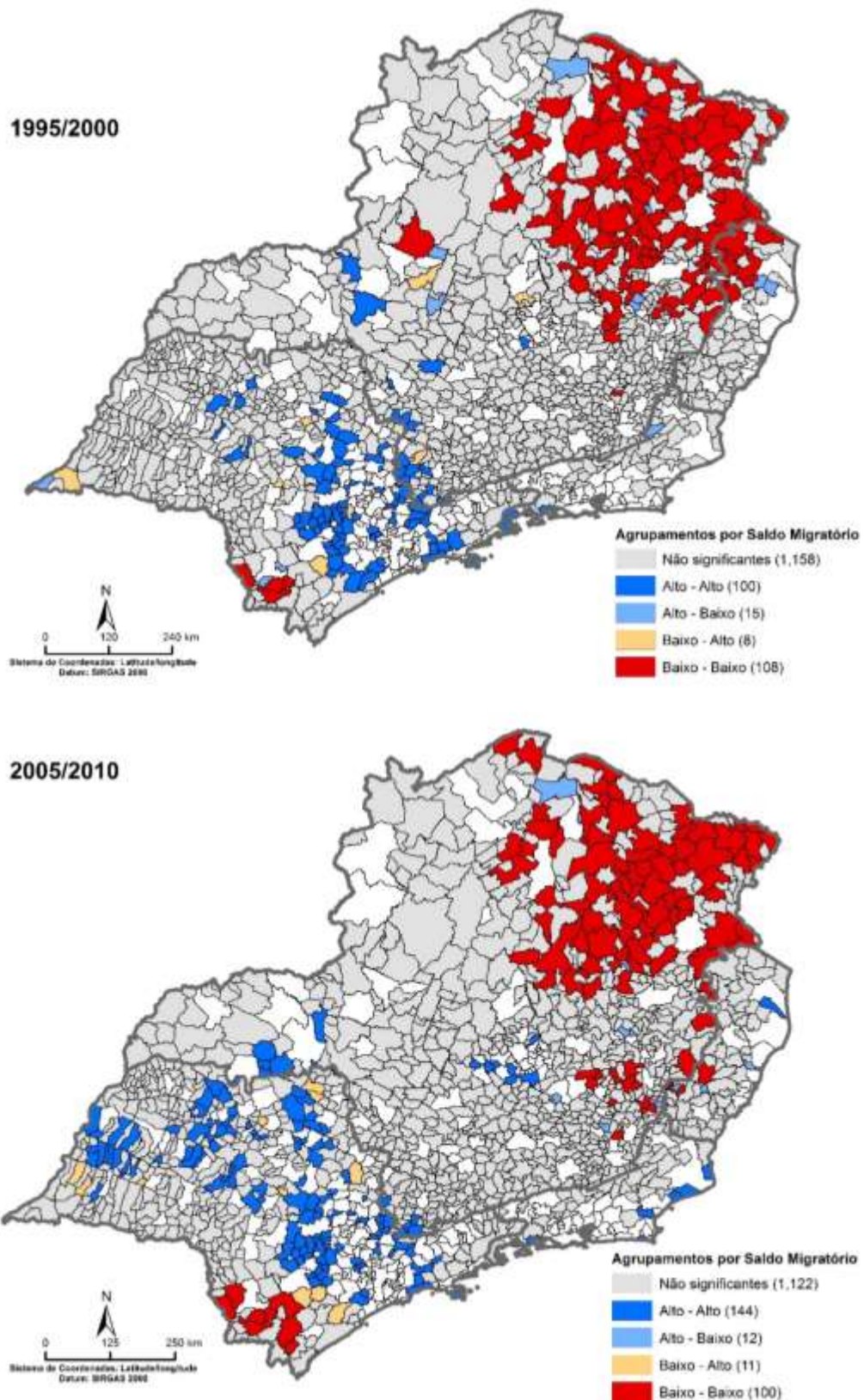


Figura 1: Agrupamentos dos municípios de pequeno porte de baixa densidade demográfica por Saldo Migratório pelo Método *Anselin Local Moran (LISA)*

Fonte: Dados Amostrais dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – trabalhados pelos os autores

Para o quinquênio de 2005/2010, identificou-se também dois agrupamentos significativos. O agrupamento Alto–Alto representado pela cor azul foi composto por 144 municípios significativamente correlacionados por apresentarem saldo migratório elevado. A comparação com o quinquênio 1995-2000 mostra uma significativa expansão desse agrupamento no interior de São Paulo, a partir do litoral santista e capital e conexões com alguns municípios do sul de Minas.

Já o agrupamento Baixo–Baixo evidenciado pela cor vermelho sofreu redução se comparado ao período anterior, apresentando 100 casos correspondentes ao baixo saldo migratório. Percebeu-se também, que os valores insignificantes decresceram ao considerar o período anterior. Ademais, pode-se identificar os agrupamentos de casos em zonas de transição nos Alto-Baixo e Baixo-Alto em ambos os períodos tratados, estes clusters representam comportamentos opostos de um município considerando os seus vizinhos. Assim, o método LISA permitiu a criação e compreensão de padrões espaciais por semelhança através da correlação entre os vizinhos identificando agrupamentos com valores de atributos semelhantes, áreas de transição e situações atípicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os breves apontamentos aqui realizados visam destacar a relevância da realidade dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro de acordo com suas características demográficas, mais especificamente do comportamento migratório. Como já mencionado, no período atual predominam-se a dispersão das atividades econômicas favorecidas pela ampliação das redes materiais e imateriais no território onde intensificam-se os fluxos de mercadorias, informações e força de trabalho para lugares que até então eram reconhecidos como de partida da população. Neste interim, é fundamental considerar que ao longo do tempo o modo capitalista de produção, seleciona lugares para se concentrar e centralizar, gerando assim, dinâmicas econômicas e territoriais diferenciadas. As pequenas cidades, no período atual, representam a emergência de novos processos engendrados no território brasileiro. Diante disso, acreditamos que a análise da mobilidade populacional via migração demonstra ser um fenômeno sensível as mudanças no cenário econômico, social e demográfico nas quais o Brasil vem passando nas últimas décadas do século XX, tendo em conta que os fluxos migratórios seguem as direções determinadas pela abertura de novas oportunidades de incrementar as condições de sobrevivência.

Em 2010, a região Sudeste, considerada a mais dinâmica do Brasil em todo o século XX, possuía 1668 municípios, dos quais 1.429 (85,4%) podem ser classificados como de pequeno porte. Tamanha extensão geográfica evidentemente agrega muitos municípios que devem discrepar da histórica tendência de perdedores de população para os maiores municípios, geralmente, detentores de cidades nas quais a atividade econômica geradora de fatores multiplicadores intersetoriais se instalou primeiramente e deflagrou economias de aglomeração que geraram efeitos de causação circular cumulativos que acabavam reificando a condição de primazia dessas localidades.

A compreensão de como se constitui o comportamento desse conjunto de municípios pode ser conhecida por meio de indicadores que evidenciam a dinâmica demográfica e a localização espacial relativa dos agrupamentos de municípios mais ou menos dinâmicos. Minas Gerais e São Paulo, abrigavam o maior número de municípios de pequeno porte, embora o ritmo de crescimento demográfico varie muito conforme as frações espaciais que se examinam nesses dois estados e nos dois outros, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Do total de 1269 municípios que experimentaram crescimento positivo na primeira década do século XXI, 1034 eram municípios de pequeno porte. Isso significa que cerca de 62% do total de municípios do Sudeste se refere a municípios de pequeno porte que seriam demograficamente dinâmicos no período? Para que essa questão se verifique, restaria verificar quantos desses municípios tiveram saldos migratórios positivos no período.

Os dados aqui trabalhados indicam que 888 municípios tiveram crescimento positivo e saldo migratório positivo. Em muitos deles, certamente a contribuição da migração de data fixa ultrapassou os efeitos do crescimento vegetativo. Em uma situação distinta observou-se a existência de outros 381 municípios de pequeno porte que tiveram crescimento positivo entre 2000 e 2010, mas saldos migratórios negativos, o que significa que a despeito das perdas migratórias o crescimento vegetativo deve ter sustentado as taxas positivas da maioria desses municípios. Por outro lado, os municípios que tiveram crescimento negativo e perdas migratórias (principalmente nas áreas setentrionais de Minas Gerais) foram 289, número relativamente grande. Já os que tiveram crescimento negativo e saldo positivo, 108, revelam uma situação curiosa porquanto em muitos deles o crescimento vegetativo não é suficientemente expressivo para tornar o crescimento positivo (o que pode traduzir situações em que no passado, tais municípios estavam exauridos demograficamente pela emigração prolongada e mais recentemente tenha voltado a atrair população jovem para seus territórios.

Através do método *Anselin Local Moran – LISA*, foi possível averiguar que centenas de municípios de pequeno porte da região Sudeste apresentam de fato, uma dinâmica

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, v. 8, n. 2, p. 58-80, 2016

demográfica que lhes confere a condição de dinâmicos do ponto de vista demográfico. Isso foi possível dado a localização relativa dos agrupamentos dos municípios mais atraentes em termos de saldos migratórios, os quais se concentram, sobretudo, na periferia das regiões metropolitanas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, além do Triângulo Mineiro, bem como nas zonas litorâneas dos estados do Espírito Santo. Da mesma forma, constatou-se em quais subespaços predominam clusters onde a emigração supera a imigração conforme os dados censitários. Contudo, é evidente, que as conclusões até então vislumbradas sugerem novas investigações que possam trazer à baila outras características que possam dar conta de compreender o dinamismo demográfico das centenas de municípios de pequeno porte aqui explicitado.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Ra'e Ga**, Curitiba, v. 35, p.7 -37, dez. 2015.

ANSELIN, L. Local Indicators of Spacial Association – LISA. **Geographical Analysis**. v.27, n.2, p.93-115, 1995.

BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio - políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**, 411f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n.2, p. 67- 81, 1998.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun., 1999.

CORRÊA, R. L. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB), X, 2007, Florianópolis: 2007.

FRESCA, Tânia M. Em defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino Geografia. **Geografia**. Londrina, v. 10, nº 1, pp. 27-34, jan./jun., 2001.

LIMA, E. C; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP/CEDEPLAR, 2010.

MAIA, D. S. **CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DO NORDESTE: CONFERÊNCIA DE ABERTURA**. IN: LOPES, D. M.F.; HENRIQUE, W. **CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: TEORIAS, CONCEITOS E ESTUDOS DE CASO**. SALVADOR, SEI, 2010. 250 p.

MARENGO, S. N.; RAINER, B. F. **ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA PENSAR AS CIDADES PEQUENAS: ALGUNS APONTAMENTOS**. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. 2014. **Anais...** 2014, 15p.

MATOS, R. Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP/CEDEPLAR, 2000.

MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L.M (Org). **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003. p. 260 – 271.

NUNES, F.G. Análise exploratória espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental das regiões de planejamento do norte e nordeste goiano. **Ateliê Geográfico**. Goiânia: v. 7, n. 1, p.237-259, abril. 2013.

PARK, R. E. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RAMOS, E. F. **AS CIDADES MÉDIAS EM PERSPECTIVA UMA ANÁLISE DOS PAPÉIS E TENDÊNCIAS DE UM GRUPO DE CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS**. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 2009.

TOPALOV, C. **La urbanization capitalista**: algunos elementos para su análisis. México: Editorial Edicol México, 1979. cap. 1. p. 15-35.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.